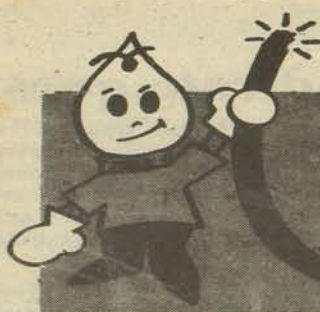




Limbarviva

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 162 19/12/91

1991 foi um ano de luta contra a recessão, a fome e o desemprego. De janeiro, quando a então ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello proclamou o Plano Collor II, à madrugada do último dia 13, quando trabalhadores e empresários se reuniram em São Bernardo do Campo numa vigília pelo retorno à produtividade, cada mês de 91 foi uma prova de que os brasileiros exigem transformações na economia e na sociedade.

O ano começou com o governo confessando sua própria incompetência em controlar a inflação. O Plano Collor II, anunciado no último dia de janeiro, foi a admissão do fracasso do Plano Collor I - "única bala" na espingarda do governo para matar o tigre da inflação - e tornou a apontar para o alvo preferido das medidas econômicas no Brasil Novo: os salários.

Os sucessivos pacotes têm sido um grande sucesso para aquilo a que realmente vieram, ou seja, para contrapor-se à crise do capital através de uma exploração extra sobre os trabalhadores, afirma o economista José Álvaro Cardoso, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese.

Contra esta política econômica, os trabalhadores começam a se organizar cedo. Logo depois do Plano Collor II, um ato público na Praça da Sé, em São Paulo, criou o "Fórum Nacional contra a Fome e a Recessão", envolvendo os movimentos sindical e popular, partidos de oposição e diversos outros organismos representativos da sociedade. O lema do Fórum pode ser sintetizado numa expressão do presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Jair Meneguelli, que esteve em Florianópolis dia 25 de fevereiro para lançá-lo em Santa Catarina: "Recessão não é meio de se controlar a inflação. Só se combate a inflação com



O ano da recessão

Só o governo não ouviu o repúdio da sociedade à política recessiva. Collor insiste e vai piorar a situação. A inflação resiste

distribuição de renda e de terra, com uma nova política econômica".

Fórum convocou manifestações em todo país para o dia 15 de março, primeiro aniversário do governo Collor. Só em Santa Catarina, a CUT calculou em dez mil os participantes dos protestos nas principais cidades, especialmente Florianópolis, Criciúma e no oeste do Estado.

MULTIDÃO - Grandes concentrações de trabalhadores contra a recessão voltaram a ocorrer no mês de maio. No Dia do Trabalhador, em Criciúma, um ato estadual reuniu dez mil pessoas. Em São Bernardo do Campo, na maior manifestação do país naquela data, foram 40 mil. Os protestos prepararam a greve geral contra a política econômica do governo Collor, marcada para

os dias 22 e 23 de maio, com a intenção de "parar até o piloto do helicóptero do presidente", segundo Meneguelli.

O piloto não aderiu, mas a greve aconteceu como um protesto generalizado em todos os estados. Marcada pela violência policial e pela parcialidade da cobertura da imprensa, a greve geral - que segundo o Jornal Nacional, foi um "fracasso" - significou um eloquente "não" dos brasileiros à recessão e à fome.

Florianópolis no dia 22 transformou-se na síntese mais violenta da democracia no Brasil. Onze pessoas foram presas, duas ficaram feridas, muitos foram agredidos entre os três mil trabalhadores e estudantes que participavam do protesto no Terminal Urbano. O governo do estado, através do secretário de Segurança Públi-

ca Sidney Pacheco, ordenou que a polícia militar "dispersasse a manifestação de qualquer maneira". A recessão ficou salpicada de sangue.

ENCURRALADO - Julho foi o mês da "Caminhada pela Terra", em vários estados dos país.

Em Santa Catarina, 120 trabalhadores rurais sem-terra de vários acampamentos e assentamentos se reuniram em Curitiba e partiram no dia 2 em caminhada até Florianópolis. Chegaram à ilha em 25 de julho, dia do colono. Acamparam diante do Palácio Santa Catarina, mas só conseguiram arrancar promessas do governador do estado Wilson Kleinubing. Promessas que sequer foram cumpridas, até outubro, quando novo acampamento diante do palácio forçou o governo a tomar algumas providências.

O governo do estado foi encurralado também pelos 65 dias de greve do funcionalismo público, especialmente dos trabalhadores em educação, que amargaram salários situados entre os mais baixos da categoria no país. Os servidores têm a folha de pagamento tão defasada que, no fi-

nal do ano, o vice-governador Antônio Carlos Konder Reis chaga a defender reajustes diferenciados de até 356% à categoria. Mas o governador diz que não tem como pagar.

CIDADÃOS - O ano também se caracterizou por avanços significativos na estrutura organizativa dos trabalhadores. Apesar da ameaça da Força Sindical - nova central sindical surgida sob o apoio do governo Collor - e mesmo com suas próprias divergências internas, a CUT parece começar a propor um novo modo de intervenção política na sociedade.

A partir dos Congressos Aregionais e estaduais, que de forma geral fortaleceram a entidade e mostraram um amadurecimento político de suas lideranças, a CUT re-discute sua própria atuação. "Nos propomos a construir uma civilização de mulheres e homens cultos, de cidadãos plenos, e as instituições dos trabalhadores devem ser escolas de formação desses valores", afirma o secretário de política sindical da CUT, Durval Carvalho.

Esse novo sindicalismo deve se articular mais amplamente com os setores do movimento social e popular, que estão em processo de constituição da Central de Movimentos Populares. E deve apontar para novos patamares de disputa política com governo e empresários já no próximo ano, antes e depois da ECO-92. Mas ainda sob o domínio da recessão, da fome e do desemprego.

EDITORIAL

O ano da resistência

Ano difícil, dolorido até foi este 1991. Mas o seu desfecho, certamente não é sinal do fim dos motivos da agrária, muito menos dos artifícios dos malefícios. O arrocho salarial, as demissões, as privatizações, as falcatruas na previdência, os desmandos governamentais e a prepotência do governo vão continuar.

Não se trata de ser pessimista, pois que sempre nos orientamos pela busca da melhor possibilidade, pelos sonhos e pelo compromisso de torná-los reais. Apostamos na capacidade da transformação das coisas pela ação coletiva. "São tão fortes as coisas, mas eu não sou as coisas e me revolto", ensinou o poeta Carlos Drummond de Andrade. Temos um compromisso com o nosso tempo, um compromisso de resistir.

E, certamente, resistência foi a palavra-chave deste ano. O governo jogou duro e aberto contra os trabalhadores nas mais diversas frentes. Houve o ataque explícito às condições de vida desencadeado pela política recessiva. O desemprego e a miséria cresceram como erva daninha adubada por equipes econômicas incompetentes e teimosas. Houve o ataque à democracia expresso no linguajar autoritário da voz presidencial, cheio de vieses e ameaças ditatoriais. Houve o ataque à dignidade através de escândalos e corrupções como no caso de concorrências no Incra, na compra de fardas militares, e nem falaremos das lágrimas de crocodilo do Ministro da Saúde. Houve até ataque ao patrimônio público, que o governo exibiu como grande feito. Lá se foram a Usiminas, a Mafersa, a Acesita.

No setor elétrico, os trabalhadores enfrentaram um dos piores anos do período que lhes cabe na memória. A guilhotina das demissões pendeu sobre a cabeça de todo mundo e muitos não tiveram a melhor sorte, e foram empurrados para fora não apenas por demissões, mas sobretudo pelo desgosto da não valorização profissional e pela agonia de ver as empresas serem pouco a pouco sucateadas, ora pela deliberação política, ora pela incompetência de suas diretorias.

Em empresa como a Eletrosul o governo encontrou seus mais servís e irracionais executores. Demitir passou a ser obstinação. Desrespeitar sindicatos um método. A prepotência um estilo. A incompetência uma marca registrada. A irresponsabilidade um estigma. Nunca se viu coisas como as que a atual gestão tem realizado. Técnicos do "primeiro time" praticamente enxotados, obras paralisadas, desrespeito com os empregados, intransigência.

Na Celesc o ritmo foi de governo novo. Arrumar a casa e fazer boa imagem. Mas

não faltaram demissões entre os contratados, e atos de autoritarismo como a deliberação de discriminar empregados que têm ação trabalhista contra a empresa. Não faltou uma política deliberada de enrolação na campanha salarial e muito menos um discurso que deixa clara a intenção de privatizar a empresa através de concessão de serviços às empreiteiras.

A mobilização dos eletricitários, no entanto, não foi a esperada. O temor às demissões e a incerteza patrocinada pelo clima de recessão anestesiaram muita gente, embora a única reação consequente fosse a indignação e a movimentação coletiva. A apatia se refletiu nas conquistas da categoria. É verdade que financeiramente os resultados não foram dos piores, com números consideráveis como os da Celesc. Mas retrocessos em várias conquistas foram observados na Eletrosul e na Celesc.

"São tão fortes as coisas, mas eu não sou as coisas, e me revolto"

O mau tempo enfrentado nas empresas estava, e está, inserido numa lógica do governo, em uma política que só tem a tirar da maioria do povo brasileiro. A recessão acontece como opção para vencer a inflação, que mais do que nunca se mostra vitoriosa. O governo não troca o remédio. O sucateamento das estatais, e as demissões nestas empresas não são mais do que elementos da política orientada ideologicamente pelo que se convencionou chamar de neo-liberalismo.

A resistência aos ventos desfavoráveis não pode se dar com o arreamento das velas. Ao contrário, os trabalhadores, os sindicatos, o movimento popular de um modo geral têm que apontar uma saída que lhes interesse para esta situação. A apatia nos faz frágeis. Por isso a contraposição deve se dar em uma disputa sobre políticas públicas, desde o campo econômico até em questões como a previdência, saúde, moradia, etc... Os sindicatos devem romper com a armadilha institucionalista que lhes aprisiona no estreito espaço das reivindicações e das campanhas salariais. É hora de todos assumirem a luta contra a recessão de uma maneira efetiva e voltada para toda a sociedade, de entender os trabalhadores como cidadãos a quem tudo na sociedade interessa.

É com este espírito de ampliar as fronteiras e abrir novos horizontes para a luta dos trabalhadores que entramos em 1992. As únicas certezas que nos acompanham são as de que os caminhos não serão fáceis e de que não desistiremos. Mesmo que as adversidades sejam grandes não nos curvaremos, pois sempre vale a pena lutar. É a chance que temos de construir um futuro de prosperidade, dignidade e solidariedade para todos.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustração: Frank Maia. Diagramação e composição: Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

ELETROSUL

Sindicato questiona gestão

Em assembléia no final da tarde de quarta-feira, os empregados da sede da Eletrosul discutiram os termos de um documento que critica a gestão Gazaniga, no seu aspecto administrativo. Este documento, que vai ser levado no próximo mês, através de assembléias regionais, ao conhecimento de todos empregados da empresa, foi elaborado inicialmente pelo Sinergia e será endossado também por todos sindicatos que formam a Intersul.

O documento é baseado num diagnóstico empresarial interno que levanta dados sobre a atual administração da Eletrosul. O levantamento analisou aspectos operacionais, de investimento, de suprimentos, chegando até a área de recursos humanos e deixa entrever que muitas questões, como, por exemplo, a incidência de doenças psicossomáticas, aumentou nos últimos dois anos.

Foi isto e mais a atitude gerencial do senhor Gazaniga, calcada no arbítrio e agressividade, que fez com que os sindicatos tomassem esta posição.

ALERTA
O diagnóstico, datado de novembro de 91, alerta que a empresa está se tornando vulnerável e cita alguns exemplos: a dificuldade de manutenção nos geradores da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo por

problemas elétricos do sistema; o adiamento dos programas de parada de grupos geradores em função de atrasos na aquisição de equipamentos/materiais e na contratação de mão-de-obra; paradas de grupos

nutrições corretivas e 33% das manutenções preventivas.

O diagnóstico produzido pela Eletrosul relata ainda, no que se refere à questão dos suprimentos, que a segurança de estoque foi relegada a segundo plano e isto resultou em manutenções postergadas. O clima organizacional também foi afetado por esta medida pela falta de papel higiênico, toalhas e copos para café, etc.

Sob ponto de vista de recursos humanos o diagnóstico empresarial alerta que o programa de demissão incentivada gerou uma evasão significativa de profissionais altamente qualificados, com impacto imediato, sobretudo nas áreas fim da empresa. Por exemplo, na área de informática a redução de pessoal entre dez/90 a ago/91 foi de 23%. A estrutura de cargos e salários é a mesma

desde 1984 e não atende às necessidades da empresa, dificultando a administração de recursos humanos, comprometendo a performance da empresa e contribuindo para a incidência de reclamações trabalhistas.

O levantamento registra ainda que há um aumento de doenças psicossomáticas e do absentismo e também dos custos do programa de recuperação de saúde, como reflexo do clima organizacional.



de geradores por períodos superiores aos programados; falta de revisão programada que atingem a confiabilidade operacional do sistema; postergação de compra de ferramentas, instrumentos, etc, dificultando as atividades de manutenção; falta de manutenção geral no Sistema de Transmissão onde os pontos críticos são: transformadores e reatores, disjuntores, seccionadoras e linhas de transmissão; falta de manutenção no Complexo Jorge Lacerda com apenas 38% das ma-

GARABI

Gazaniga polemiza em torno de usina que não sai do papel

No dia seguinte à publicação pelo Jornal do Brasil de uma matéria que denuncia o "prolongado" estudo de implantação da usina hidrelétrica de Garabi, o presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, escreveu uma carta para o jornal. Nela, em vez de dar conta do que estava acontecendo, o presidente se limitou a desacreditar o empregado que passou informações ao repórter. Garabi é uma usina que a Eletrosul pretende construir no Rio Uruguai.

Segundo o repórter Carlos Steagmann, do JB, o funcionário foi designado pelo titular da Assessoria de Relações Empresariais para prestar as informações. Em carta à direção do Jornal do Brasil, o Sinergialamentou o comportamento do presidente da Eletrosul, dizendo que com isto ele tenta encobrir o que se passa por trás do

projeto Garabi. O sindicato lembrou que o próprio Grupo de Coordenação Técnica da empresa, responsável pelo acompanhamento do projeto, já denunciava em 1986 o excesso de homens-hora que estava sendo pago à consultora Hidroservice.

Lembrou ainda que em 1987 a Aprosul pediu à Eletrobrás o cancelamento do contrato e queria uma apuração de responsabilidades. O resultado foi a abertura de um processo pela Hidroservice contra a Aprosul e a continuação do projeto. A carta finaliza dizendo que Garabi é um projeto sui-generis. Em 1991 completou 18 anos de estudos, sem nenhuma previsão de quando a usina será construída. "Até parece que a intenção da Eletrobrás é vê-lo incluído no livro de recordes de Guinness, como a obra mais estudada do mundo".

TRIBUNA Livre

Uma questão de solidariedade

Mauro G. Passos
Presidente do Sinergia

O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis vem tomando iniciativas que visam a uma nova concepção sindical que extrapole as questões meramente reivindicatórias e passe a olhar o homem por inteiro. Ética, Democracia, Liberdade, Igualdade e Solidariedade são entendidos como valores universais que devem fazer parte do cotidiano.

Na última assembléia do Sinergia (26 de novembro), resultado deste trabalho permanente, um grupo de empregados da Eletrosul propôs a criação de uma contribuição destinada a auxiliar os atingidos pela última enchente que se abateu sobre a Grande Florianópolis. A proposta aprovada foi a de que os empregados doassem três horas do seu salário para este fim.

Para surpresa nossa, a Eletrosul respondeu que não promoveria o desconto por entender que a libertação da assembléia carecia de amparo legal. Esta aparente falta de sensibilidade da diretoria não pode passar em branco. É como se fossem impedidos de mandar barcos ou cortar a energia elétrica na região da catástrofe por falta de amparo legal.

É evidente que por trás da decisão existem outros motivos, e estes são os que realmente levaram a direção da Eletrosul a não implementar esta vontade dos empregados de se solidarizarem com os atingidos. Seria ingenuidade admitir que foram aspectos legais que a levaram a agir desta maneira.

No fundo, o que a empresa tentou foi impedir que o seu empregado agisse como um cidadão. Um cidadão no sentido mais amplo da palavra, que entende que a enchente diz respeito a todos. Que vai debater com o vizinho as precárias condições de moradia e de urbanização que contribuíram para que uma enxurrada deixasse 5 mil flagelados. Que vai querer ser cidadão também dentro da empresa em que trabalha. Que quer saber porque as obras estão paradas, porque houve desvio de verbas em Ilha Grande, porque as denúncias não são apuradas e os culpados devidamente punidos.

Por isto não foi permitido que se procedesse o desconto. Por isto é que os empregados não puderam ver concretizada a sua solidariedade. Não foi à toa que um desconhecido sindicato do porto de Gdansk, na Polônia, adotou este nome como palavra-chave do seu movimento. Foi justamente este pequeno sindicato, em torno do grande nome Solidariedade, que se criaram as condições que derrubaram um dos regimes autoritários da história contemporânea.

Independente da frustração, a tentativa foi válida, pois mesmo não podendo traduzir em cizzeiros a decisão tomada, tivemos no instante de levantar o braço na assembléia para aprovar as três horas de desconto, o encontro mágico com a solidariedade e com o exercício pleno da cidadania. Os derrotados deste episódio não fomos nós nem os flagelados, mas aqueles que não conseguem entender a beleza da palavra solidariedade.

* Matéria publicada na página de O Início do Diário Catarinense de 18/12/91.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



CIPA aguarda solução

No prédio da Administração Central da Celesc existem problemas de segurança, que foram detectados já na inauguração do prédio, mas até hoje não foram solucionados. Conforme a própria Cipa aguardam solução 10 problemas. São eles: a aquisição de equipamentos para empregados envolvidos na tarefa de limpeza de vidros; o resíduo para colocação do ponto de ônibus, localizado em frente ao CREA, e a construção de abrigo; a aquisição de carrinhos para transporte de café; divulgação da Lei Anti-tabagismo; e a instalação de iluminação e grade de proteção nos dutos de expurgo do ar de retorno no sistema de ar condicionado. Desde 1990 foi detectada a necessidade de colocação de corrimão duplo nas escadas; o preenchimento de espaçamentos nas calçadas externas; a

instalação de corrimão e rodapé na rampa para paraplegico mas nada foi feito. E desde 1989 foi exigida a aquisição de cabine acústica para impressoras dos microcomputadores e a normatização do uso do fumo que não foi atendida.

Impacto da privatização no sul

Uma área da antiga CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Criciúma, comprada pelo empresário Realdo Guglielmi com as minas que ela contém, virou um campo de guerra. Os mineiros espalharam pela área 200 toneladas com produtos inflamáveis e irão explodir o caso o empresário não cumprir sua palavra. Os mineiros, que eram empregados da CSN fizeram um acordo, durante o processo de privatização, em que Guglielmi se comprometeu a contratar, até dia 5 de dezembro, pelo menos 200 deles. Nada foi feito e agora, "sem nada a perder", como

dizem os mineiros eles querem o cumprimento da promessa. O grave problema social trazido pela privatização parece que não será solucionado tão cedo. Segundo a ótica colírida, a privatização iria resolver todos problemas do país. Mas em Criciúma o que aconteceu foi não só o agravamento do desemprego como até agora o novo patrão não conseguiu por em funcionamento aquela indústria.

Diretores eleitos

Foi realizada no final da tarde de ontem uma assembléia conjunta de trabalhadores da Celesc e Eletrosul para decidir quem irá preencher um cargo de diretor e outro no Conselho Fiscal do Sinergia, que estavam vagos por afastamento dos seus titulares. Na mesma assembléia foi discutida a proposta de afastamento do Presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga. Os resultados da assembléia não puderam ser divulgados pelo Linha Viva pois o fechamento

desta edição ocorreu antes do final da assembléia.

Privatizações em debate

Dia 19 de dezembro, na Fecesc (Federação dos Comerciantes de Santa Catarina), sob o patrocínio da Intercel, dirigentes sindicais dos quatro Estados do Sul estarão discutindo os caminhos do Neo-liberalismo e as Privatizações. O seminário começa às 9 horas com uma exposição sobre as experiências internacionais de privatização e regimes neo-liberais, feita pelo assessor do DIEESE, Clóvis Scherer. Em seguida João José Cascaes Dias, da Eletrosul, vai falar sobre o que está acontecendo nos bastidores que preparam a Reforma Institucional do Setor Elétrico. À tarde os participantes do seminário irão discutir os problemas específicos relacionados às tentativas de privatização na Celesc e Eletrosul.

DEBATE

O Estado a serviço das elites

Do "Informativo Dívida Externa"

O grande símbolo criado pelo governo Collor para as privatizações foi o elefante. Com ele, quer passar a idéia de que o Estado é algo pesado, desajeitado e pouco eficiente, enquanto que a iniciativa privada, movida pelas leis do mercado e do lucro, teria muito mais capacidade de gerir os negócios e beneficiar a todos. Veja como esta história está muito mal contada, escondendo o fato de que o Estado brasileiro já está privatizado, ou seja, é dirigido de forma a beneficiar as elites. A política é de distribuir os prejuízos entre toda a população, deixando os ganhos nas mãos de poucos.

Nem mesmo é verdade de que sempre as estatais são deficitárias. Nem é preciso ir longe: a Usiminas é a segunda empresa mais lucrativa do mundo em seu ramo, à frente de toda a indústria siderúrgica americana, que é privada.

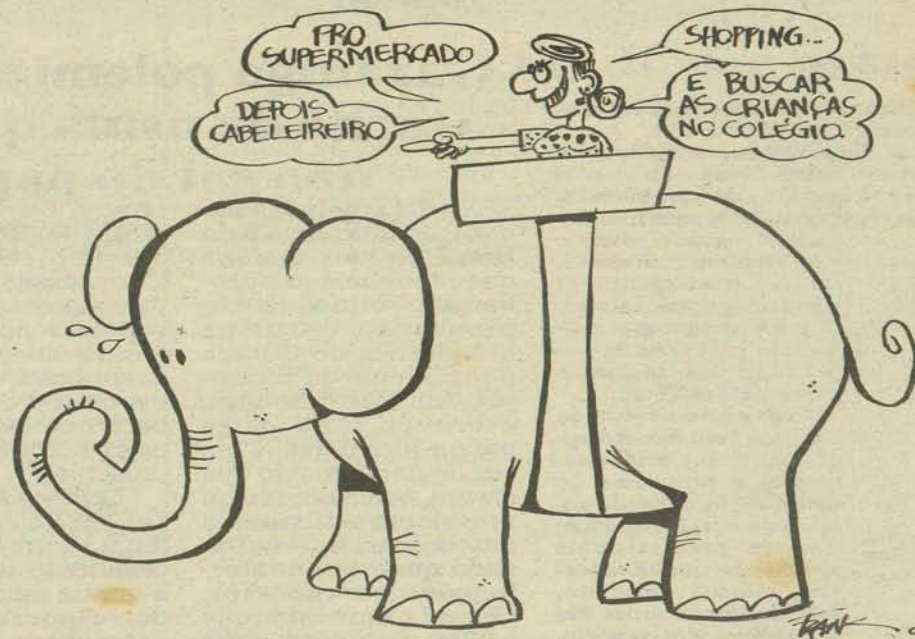
Muitas das estatais brasileiras eram privadas em sua origem. A Mafersa, outra da lista de privatizações, começou privada, mas dava prejuízos e era mal administrada. Foi estatizada no governo Goulart, e três anos depois já dava lucro.

Certamente algumas estatais são desnecessárias e outras são mal administradas e deficitárias. Mas o problema aí não é uma suposta "inferioridade" do Estado. Em alguns casos, trata-se de

corrupção, de empreguismo, características da elite que dirige o país. Esta mesma elite que defendia a estatização na época da ditadura e que hoje defende a privatização. Os que mamavam nas tetas antes e continuam mandando agora, disfarçados de "modernos".

Mas o fundamental para explicar os problemas de muitas estatais brasileiras está no fato de que, por decisão política dos governos, elas muitas vezes venderam seus produtos e serviços mais baratos, a fim de subsidiar e favorecer as empresas privadas. As siderúrgicas estatais brasileiras, por exemplo, tiveram perdas calculadas entre 16 e 17 bilhões de dólares no período 1979-89, por culpa dessa política (dados do governo). Os preços do aço entre 1980 e 85, caíram 35% em termos reais. Outro dado: em 1987, o então Ministro Aureliano Chaves admitiu que metade da energia gerada pela hidrelétrica de Tucuruí foi vendida a grupos como a Shell e Alcoa, a preços entre 10,5 e 16,5 dólares o megawatt, enquanto o custo para a empresa era de 38 dólares o megawatt. Quer dizer, uma política de favorecer os grandes grupos à custa do patrimônio público. A privatização é apenas uma nova forma dessa política.

O governo também fala que, dessa maneira, poderia investir mais em saúde,



educação, etc. Mas não é o que acontece. Aliás, o Estado brasileiro sempre preferiu dar favorecimentos aos ricos do que investir na área social. Paulo Schilling, revela, em seu texto "A DÍVIDA EXTERNA E A PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO", usando dados do governo, que entre 1974-85 o governo federal passou, com isenções e incentivos, nada menos que 153,4 bilhões de dólares à iniciativa privada.

E esse é apenas um exemplo para mostrar a verdadeira face de um estado

que privilegia os ricos e penaliza os pobres. Coisa que a privatização não irá resolver, mas acentuar. Antes de falar em privatizações, portanto, é preciso desprivatizar o Estado brasileiro. E isso pode ser feito com a democratização do Estado e das estatais, com a participação dos trabalhadores e da sociedade em geral na gestão e fiscalização das empresas públicas, para que cumpram seus verdadeiros objetivos.

DIREITOS HUMANOS

Violência "julgada" em praça pública

A violência da polícia civil e militar e dos chamados "poderosos" foi a julgamento numa tarde quente da semana passada, em Florianópolis. No banco dos réus estavam também a Justiça que se corrompeu e os executivos federal, estadual e municipais que ordenam e compactuam com esta violência em Santa Catarina.

O julgamento público aconteceu no centro da cidade e conseguiu em vários momentos estancar a correria alucinada dos transeuntes, preocupados com as compras do Natal. Eles pararam para ouvir depoimentos de pessoas - testemunhas e vítimas elas mesmas desta violência. Um destes relatos foi o de Iraci de Lara Rodrigues, mulher trabalhadora rural do Movimento Sem Terra.

Iraci fala com suavidade. Quase não dá para acreditar que é a mesma pessoa que foi vista pela televisão, no Brasil e mundo afora, reagindo com toda sua força contra policiais militares que queriam despejá-la com mais 36 famílias de um acampamento em Garuva, Santa Catarina. Na luta da

quele dia ela perdeu 60% da visão do olho direito, sofreu traumatismo craniano e vários ferimentos pelo corpo.

Mas não foi isso que ela contou ao júri popular. Iraci falou de coisas muito piores. Como do sofrimento das crianças sem terra, da violência com que são tratados cada vez que a polícia tenta um despejo. Falou da brutalidade usada pelos peões que trabalham para os fazendeiros que sequer admitem que existam sem terra. Falou de como está difícil viver no acampamento de Mina Velha depois daquele fatídico dia 22 de outubro. A polícia, os peões e até funcionários da prefeitura de Garuva realizaram um "arrastão" no acampamento e levaram tudo. "O que não deu para carregarem eles quebraram ou queimaram. Não dá nem para fazer comida pois não temos fogão ou panelas". Também detonaram a comida armazenada com bombas "que deixaram tudo com um cheiro ruim".

A tenacidade de Iraci porém apareceu quando ela falou do futuro dos sem terra. "Não existe nada no mundo

que vai nos tirar de onde estamos. A gente não tem medo." Iraci lembra até hoje da alegria que sentia, dois anos atrás, quando se mudou para a área de Garuva. "O INCRA disse que a área seria desapropriada e a gente foi confiante." Para lá e para outros assentamentos pelo país os sem terra carregaram todos seus sonhos e pelo jeito nada os fará desistirem deles.

Outras testemunhas contra a violência foram Jean Fernandez, que passou sua infância como menino de rua e hoje é educador do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, José Nunes, do Movimento dos Sem Teto de Florianópolis e Vilmar Lopes, do Movimento Sem Terra.

FÓRUM - Para apoiar a acusação contra toda esta violência veio, de São Paulo, o ex-presidente da OAB nacional e hoje integrante do governo paralelo do PT, Márcio Tomas Bastos. Ele - depois de condenar o modelo econômico concentrador de riqueza e que "agora quer transformar o nosso país num shopping center internacional" - elogiou a idéia do julgamento popu-

lar, pelo seu papel pedagógico e como um dos melhores caminhos para exercitarmos a nossa cidadania.

A OAB Santa Catarina escolheu o criminalista Iran Wossgraus como o advogado de defesa. Ele não assumiu o papel de defensor da violência. Defendeu o Estado. Para ele os problemas são criados pelo governo e sociedade que não estão assumindo suas responsabilidades; no caso da sociedade por não se organizar e fazer valer sua cidadania.

O julgamento popular aconteceu no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, e foi promovido pelo "Fórum Permanente Contra a Violência e a Impunidade no Campo e na Cidade", que estava completando oito meses de atividades no Estado. O Fórum congrega partidos políticos, movimentos de defesa da mulher, dos negros, dos meninos de rua, dos sem terra e sem teto, ecologistas num total de 30 entidades. Quem quiser participar do fórum pode ligar para os telefones (0482) 24-05-76 ou 23-27-17.